

em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia que contemplam a uniformidade com as aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anuais consolidadas correspondentes ao exercício anterior, as quais foram incorporadas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício de 2005 para efeitos comparativos.

O relatório de gestão consolidado do exercício de 2005 em anexo, contém as explicações que os administradores consideram oportunas sobre a situação do Banco Popular Español, S. A., e do Grupo consolidado, a evolução dos seus negócios e outros assuntos e não constitui parte integrante das demonstrações financeiras anuais consolidadas. Verificámos que a informação contabilística incluída no referido relatório de gestão é concorrente com a das demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício de 2005. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado com o alcance mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão de informação distinta da que é obtida a partir dos registos contabilísticos do Banco Popular Español, S. A., e do seu Grupo consolidado.

O Auditor Independente, PricewaterhouseCoopers Auditores, S. L., representada por *Antonio Greño Hidalgo*. 3000214678

DEUTSCHE BANK (PORTUGAL), S. A.

Sede social: Rua Castilho, 20, Apartado 21103, 1128-801 Lisboa.
Capital social: 79 619 730 euros.
Pessoa colectiva n.º 502349620.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1383.

Relatório e contas de 2005

Órgãos sociais e auditores

Conselho geral:

Frank Helmut Krings, presidente.
António Rodriguez-Pina.
David Victor Fass.
Andreas Arndt.
Werner Helmut Steinmuller.
António Linares Rodriguez.
Fernando Olalla Merlo.

Direcção:

Homero Coutinho, presidente.
Joaquim Baptista.
Filipe Crisóstomo Silva.
Bernardo Meyrelles do Souto.
Gert Spennemann.

Mesa da assembleia geral:

Vasco Vieira de Almeida, presidente.
Pedro Cassiano Santos, secretário.

Revisor oficial de contas e auditores internacionais:

KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Jean-éric Gaign, revisor oficial de contas.

Principais indicadores

(Em milhões de euros)

	Banco		Grupo	
	2005	2004	2005	2004
Total do balanço	4 751	5 710	4 889	5 701
Crédito sobre clientes	1 087	1 434	1 236	1 434
Recursos de instituições financeiras	1 000	1 580	1 000	1 580
Empréstimos por obrigações	—	—	—	—
Depósitos de clientes	3 561	3 900	3 548	3 890
Situação líquida	97	96	99	97
Cash-flow	—	5	1	5
Resultado do exercício	2	—4	2	—5
Número médio de trabalhadores	179	191	182	191
Cash-flow/total do balanço (percentagem)	—	0,09	0,02	0,09
Cash-flow/situação líquida (percentagem)	—	5,0	1,0	5,0
Resultado do exercício/situação líquida (percentagem)	2,0	—4,0	2,0	—5,0

Relatório da direcção

1 — O meio económico envolvente

A actividade económica e o comércio mundiais mantiveram crescimentos robustos em 2005 — superiores aos valores médios das últimas décadas — ainda que tenham registado um abrandamento face ao ano anterior. O ano foi marcado por uma nova subida dos preços internacionais das matérias-primas, particularmente acentuada no caso do petróleo que atingiu novos máximos históricos. Nos mercados cambiais, verificou-se uma inversão da tendência de depreciação do dólar observada nos últimos anos, não obstante um novo agravamento dos desequilíbrios globais. O PIB mundial terá crescido 4,5% em 2005, menos 0,4 p. p. que no ano anterior. A expansão mundial continuou a ser liderada pelo EUA e pelos países asiáticos, com destaque para a China. Nos EUA, a actividade económica continuou a expandir-se a um ritmo elevado em 2005, com o PIB a crescer 3,5%, reflectindo o dinamismo do consumo e do investimento privados. No Japão, a recuperação económica prosseguiu em 2005, com o PIB real a crescer 2,7%, 0,4 p. p. acima do observado no ano anterior. O crescimento das exportações manteve-se relativamente elevado — sustentado pela forte procura interna para o crescimento reforçou-se significativamente, reflectindo o aumento do emprego e a melhoria dos lucros empresariais. A área do euro continuou a apresentar o pior desempenho entre as principais economias avançadas. O crescimento real do PIB situou-se em 1,4%, 0,4 p. p. abaixo do registado no ano anterior.

Durante 2005, a evolução da economia portuguesa foi marcada pelo reduzido crescimento da actividade e o aumento da taxa de desemprego. Simultaneamente assistiu-se a um aumento do défice estrutural das contas públicas. Segundo o Banco de Portugal o Produto Interno Bruto (PIB) foi inferior em 0,8 p. p. ao crescimento observado em 2004. O aumento do preço das matérias-primas e da energia e a manutenção de um crescimento sustentado dos custos de trabalho, num contexto em que a deterioração das condições no mercado de trabalho parece não se traduzir num ajustamento significativo dos salários reais, terão afectado negativamente a produção nacional. Apesar da procura externa ter mantido um ritmo de crescimento significativo em 2005, a deterioração da capacidade competitiva da economia nacional continuou a afectar negativamente o desempenho das exportações. O consumo privado manteve-se relativamente sustentado em termos médios anuais. Os níveis reduzidos das taxas de juro, a contracção das margens por parte dos bancos e o alargamento dos prazos de amortização dos empréstimos terão continuado a conter o crescimento das prestações associadas ao serviço da dívida e a sustentar a expansão do crédito aos particulares. O aumento da receita fiscal não foi suficiente para impedir um novo agravamento das contas públicas. Com efeito, a despesa corrente primária continuou a crescer a taxas muito elevadas — na ordem de 7% — reflectindo sobretudo o crescimento das transferências sociais, com destaque para as despesas com pensões. O acréscimo da taxa normal do Imposto de Valor Acrescentado (IVA) e o aumento acentuado dos preços dos bens energéticos não impediram que a taxa de inflação média continuasse a reduzir-se, tendo contudo determinado uma aceleração dos preços na segunda

metade do ano. A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) situou-se em 2,1%, o que compara com 2,5% do ano anterior.

2 — As principais áreas de actividade

Banca de retalho

O exercício de 2005 ficou marcado, na área do retalho (*private & business clients*), como o ponto de viragem na estratégia. A partir de Setembro, a área de retalho autonomizou-se da gestão de Espanha, tendo-se convertido numa unidade de negócio independente.

Em consequência, foi revista a estratégia de distribuição, tendo-se optado por investir no desenvolvimento de uma rede de distribuição própria de Balcões, a ser complementada pela já existente rede de Promotores. Nesse sentido, foram abertos três novos balcões, Almançil, Campo Alegre e Estoril e procedeu-se igualmente a reestruturação da rede de Promotores com o objectivo de uma maior eficiência e produtividade. Para o efeito, reviu-se o modelo de comissionamento, os modelos de apoio ao investimento e o modelo de apoio a este canal, tendo resultado na redução de 42 agências para cerca de 36, mas com maior produtividade e crescimento de negócio.

Também os canais de crédito ao consumo e de *private banking* mereceram uma maior atenção, tendo-se optado por reforçar as equipas.

Ao nível global da estratégia, reforçaram-se as campanhas de habitação e de produtos de valor acrescentado (estruturados), para as quais se reviu as condições da oferta de produtos, tornando-a mais consistente e alinhada com o mercado, e deu-se mais enfoque ao *marketing* e à comunicação.

Com vista a preparar o futuro foi desenhado um Plano de Negócio Estratégico para o triénio 2006-2008, que deverá ser implementado ao longo desse mesmo período e que basicamente assenta no desenvolvimento da rede de balcões, no *private banking*, no crédito ao consumo e na rede de promotores.

Em paralelo, foi igualmente concebido um plano tático, com um conjunto de medidas correctivas de curto prazo, que visaram melhorar o funcionamento imediato e incrementar os resultados esperados para o final do exercício em 0,5 milhões de euros. Este objectivo foi concretizado tendo-se conseguido, no último trimestre do exercício, obter o maior resultado trimestral de sempre alcançado no PBC o que possibilitou a obtenção do maior resultado anual, com receitas superiores a 13 milhões de euros.

Igualmente importante foi o esforço que se encetou com vista à mobilização das equipas e dos colaboradores no sentido de lhes transmitir a realidade única de pela primeira vez sermos uma unidade de negócio independente e da responsabilidade, mas também oportunidade, que isso representa na esfera do PBC Global.

O próximo exercício, será marcado pelo início da implementação de um ambicioso plano trienal de investimento e crescimento na área de retalho em Portugal, que se antevê como um processo exigente mas optimista quanto ao resultado.

Banca de empresas

No exercício de 2005, na área de banca de empresas deu-se continuidade à estratégia seguida em anos anteriores, assente num modelo de relacionamento com um grupo muito restrito de clientes, no desenvolvimento de soluções específicas e estruturadas de acordo com as suas necessidades. Para isso contamos com o sofisticado *know-how* nos vários produtos que compõem a área de banca corporativa e de investimento, do Grupo Deutsche Bank a nível global.

Os resultados desta política foram, mais uma vez, muito positivos, merecendo destaque as seguintes operações:

Lead manager, na 2.ª tranche da titularização de *corporate receivables* para o cliente INAPA;

Sole lead manager, na operação de *private placement* para o cliente Parpublica;

Lead manager, no programa de titularização para o cliente *multirent* (Grupo SAG);

Sole lead manager, em operações de *private placement* para entidades pertencentes à Região Autónoma da Madeira;

Lead manager, na emissão de *eurobonds* para a EDP;

Execução de operações estruturadas de *hedging* de *commodities*; Operações estruturadas de cobertura de risco de taxa de juro e de risco cambial.

Investment banking

O *investment banking* em Portugal abarca os produtos tradicionais da área de *corporate finance* (assessoria financeira em fusões e aquisições e emissões de acções em mercado primário), assim como alguns dos produtos de *structured finance*, nomeadamente, a estruturação de financiamentos em *leveraged finance* e com o recurso a estruturas de *equity derivatives*. Em Portugal, a equipa de *investment banking* mantém uma estreita ligação funcional com as estruturas de Londres, tendo prosseguido durante 2005 a sua actuação como ponto de contacto privilegiado com os principais clientes, fornecendo suporte local na originação e execução das transacções.

3 — Recursos financeiros

Durante o ano de 2005, os fundos necessários ao desenvolvimento da actividade do Banco foram assegurados de acordo com as disposições legalmente estabelecidas para o sector.

Na continuação do ocorrido no ano anterior e num critério de cobertura do risco dos seus activos, o Deutsche Bank (Portugal), S. A., recorreu fundamentalmente aos mercados de curto prazo.

Foram as seguintes as fontes utilizadas para o efeito:

Recursos do mercado interbancário: o saldo no fim do ano era de 1 bilhão de euros. Esta rubrica registou uma variação negativa de 36,7%;

Depósitos e outros recursos de clientes: o saldo do fim do ano era de 3,5 biliões de euros, esta rubrica teve uma diminuição de 8,7%.

4 — Recursos humanos

O quadro de pessoal do Banco e Grupo era, no final de 2005, de 185 funcionários (182 em 2004), sendo o número médio de funcionários, no Banco e Grupo durante 2005, de 182 funcionários (em 2004 de 191 funcionários). A idade média dos funcionários no Grupo DBP foi de 34,16 anos.

O nível de qualificações exigido continua a ser muito elevado, pois só assim é possível que o Banco se mantenha numa posição relevante nas diversas áreas onde actua. Consequentemente, 101 funcionários possuem, pelo menos, um grau de bacharelato ou licenciatura, o que corresponde a cerca de 54,60% do quadro de pessoal.

5 — Os resultados de gestão

O exercício de 2005

Apesar da continuação das adversas condições de mercado, a actividade do Deutsche Bank em Portugal manteve-se em níveis elevados, com as duas áreas de actividade (*corporate and investment banking* e *private and business clients*) a obterem resultados operacionais que, no contexto de um fraco crescimento económico, se consideram satisfatórios. No entanto, o forte investimento efectuado com a abertura de novas agências (três no total do ano), penalizou as contas do exercício em termos de resultado líquido embora, ao nível do produto bancário, se tenha verificado um assinalável crescimento quando comparado com o ano anterior.

Os resultados

O resultado do Banco antes de provisões e amortizações (*cash-flow*) foi de 34 000 euros (5,7 milhões de euros em 2004). O resultado líquido de 1,522 milhões de euros (— 4,380 milhões em 2004) resultou da reposição de provisões para riscos de crédito e outros riscos no montante de 1,9 milhões de euros (sendo que em 2004 houve uma constituição de 8,8 milhões de euros).

Em termos consolidados, o resultado antes de provisões e amortizações (*cash-flow*) foi 963 000 euros (5,6 milhões de euros em 2004). O resultado líquido foi de 1,563 milhões de euros (— 4,7 milhões de euros em 2004).

As amortizações em 2005, foram de 498 000 euros (632 000 euros em 2004).

Durante 2005, o Banco procedeu a uma contribuição de 273 000 euros (275 000 euros em 2004) para o fundo de pensões, pelo que as responsabilidades para complementos de reforma estão totalmente cobertas.

O balanço

O activo do Banco atingiu 4,7 biliões de euros em 2005 (5,7 biliões de euros em 2004), representando uma variação negativa de 17,5% relativamente ao final do ano anterior. O activo consolidado foi de 4,9 biliões de euros (5,7 biliões de euros em 2004).

Os créditos sobre clientes atingiram 1,087 biliões de euros (1,434 biliões de euros em 2004) tendo-se verificado uma variação negativa de 347 milhões de euros. Os créditos sobre instituições de crédito atin-

giram 3,5 biliões de euros (3938 biliões de euros em 2004) tendo-se verificado também nesta rubrica uma variação negativa de 438 milhões de euros. Em termos agregados, estas duas rubricas registam um decréscimo absoluto de 785 milhões de euros.

No lado dos recursos, os débitos para com instituições de crédito, atingiram 1 bilião de euros (1,6 biliões de euros em 2004), correspondendo a uma variação negativa de 600 milhões de euros. Os depósitos para com clientes atingiram os 3,561 biliões (3,9 biliões de euros em 2004).

6 — Ratio de solvabilidade

Em 31 de Dezembro de 2005, o ratio de solvabilidade do Banco, resultante da aplicação das regras do Banco de Portugal, numa base não consolidada, era de 10,3% e, em termos consolidados, foi de 11,2%, valores bem acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras.

7 — Perspectivas para 2006

Para 2006, o Deutsche Bank deverá manter em patamares elevados o seu nível de actividade na área de *corporate and investment banking*, bem como, a sua posição de liderança entre os bancos de investimento internacionais presentes em Portugal.

Paralelamente e a exemplo do exercício anterior, prosseguir-se-á à consolidação da rede de retalho (*private and business clients*), nomeadamente através da expansão da rede de agências próprias com vista a um maior equilíbrio da força de vendas e dos respectivos canais de distribuição. A este respeito, perspectivamos que até ao final do corrente ano o número de agências próprias em funcionamento atinja as vinte (contra cinco em 2005) o que diz bem do esforço de crescimento orgânico empreendido e que estamos confiantes em dar continuidade em anos futuros. A este propósito, importa sublinhar que este esforço de investimento só terá retorno visível a médio prazo.

Neste contexto, e apesar de a economia portuguesa e europeia continuarem a dar sinais de grande debilidade, é expectável uma significativa melhoria do produto bancário e uma ligeira subida dos resultados líquidos, face ao ano anterior.

8 — Proposta de aplicação de resultados a submeter pela direcção ao conselho geral

Uma vez que, no exercício de 2005, foi apurado um resultado líquido positivo de 1 522 098,54 euros propõe-se a seguinte distribuição de resultados.

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 1 522 098,54 euros, é seguinte (em euros):

Para reserva legal (10%)	152 209,85
Para reservas estatutárias (5%)	76 104,93
Para reservas livres	—
Para resultados transitados	1 293 783,76
	<u>1 522 098,54</u>

9 — Actividade das sociedades participadas

Navigator — SGFTC, S. A.

Resultados da actividade:

Durante o exercício de 2005, a actividade da sociedade continuou a reflectir a liderança do grupo Deutsche Bank no mercado português de titularização de créditos. Aos 14 fundos de titularização de crédito sob gestão, em 31 de Dezembro de 2004, no ano de 2005 constituiu-se mais um fundo, perfazendo o total de activos sob gestão, no fim do exercício, o montante de 11 404 830 930,79 euros.

Principais indicadores

(Em euros)

	2005	2004
Total do balanço	12 831 074	10 766 390
Activos sob gestão	11 404 830 931	9 590 649 282
Situação líquida	12 656 936	10 601 008
Proveitos totais	1 175 341	1 017 735
Despesas operacionais	254 926	119 811
Cash-flow	939 672	912 677
Resultados líquidos	655 928	673 365

Tagus — STC, S. A.

Actividade:

A empresa no período em análise iniciou a sua actividade no âmbito do seu objecto social, nomeadamente realização e gestão de operações de titularização de créditos. Destaca-se no período em causa a operação de titularização Pérola.

A Operação Pérola consistiu na aquisição em 12 de Dezembro de 2005 da reestruturação de dívidas do Governo Regional da Madeira a fornecedores, cujo valor de aquisição foi de 150 000 000 de euros e pela emissão de obrigações titularizadas por um valor de 150 000 000 de euros.

Não se encontra prevista a admissão das obrigações titularizadas à negociação em mercado regulamentado, tendo contudo estas obrigações sido registadas junto da CMVM.

Os activos cumprem os requisitos de que a lei da titularização de créditos faz depender a possibilidade de cessão para titularização.

Principais indicadores

(Em euros)

	2005
Total do balanço	150 661 134
Investimentos financeiros	150 000 000
Situação líquida	454 602
Proveitos totais	207 009
Despesas operacionais	16 807
Resultados líquidos	<u>(15 398)</u>

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal.

Anexo ao relatório da direcção

Informação exigida pelo artigo 447.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais:

Ações da sociedade detidas em 31 de Dezembro de 2005:

	Acções adquiridas em 2005	Acções vendidas em 2005	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Membros do conselho geral:			
Frank Helmut Krings	1	—	1
Andreas Amdt	1	—	1
António Rodriguez-Pina	1	—	1
Fernando Olalla	—	—	1
David Victor Fass	1	—	1
Werner Helmut Steinmuller	—	134	1
Antonio Linares Rodriguez	—	134	1
Thomas Gam	—	135	—
Josep Sanromá Celma	—	135	—
Juan Carlos Garay Ibargaray	—	135	—
Christian Vontz	—	135	—
Membros da direcção:			
Homero José de Pinho Coutinho	—	—	—
Filipe Crisóstomo Silva	—	—	—
Joaquim Baptista	—	—	—
Bernardo Meyrelles do Souto	—	—	—
Gert Spennemann	—	—	—

Membros da direcção:

Homero José de Pinho Coutinho	—	—	—
Filipe Crisóstomo Silva	—	—	—
Joaquim Baptista	—	—	—
Bernardo Meyrelles do Souto	—	—	—
Gert Spennemann	—	—	—

Informação exigida pelo artigo 448.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais:

Accionistas titulares de, pelo menos, metade do capital em 31 de Dezembro de 2005: Deutsche Bank AG, titular de 99,99% do capital e respectivos direitos de voto.

Lisboa, 27 de Maio de 2006. — A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal.

Relatório do conselho geral

Compete ao conselho geral elaborar um relatório sobre a sua actividade e apresentá-lo à assembleia geral, em conformidade com o disposto no artigo 441.º, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais. Este relatório tem, portanto, como objectivo o dar cumprimento à referida obrigação legal.

Durante o ano de 2005, o conselho geral realizou cinco reuniões (em 18 de Março, 31 de Maio, 30 de Setembro, 4 de Novembro e 29 de Dezembro de 2005).

Na reunião havida em 31 de Maio de 2005 o conselho geral analisou e aprovou o relatório da direcção e as contas individuais e consolidadas da sociedade relativos ao exercício de 2004, tendo elaborado uma proposta de aplicação de resultados que mereceu a aprovação da assembleia geral anual.

Ao longo do exercício de 2005, o conselho geral acompanhou a evolução dos negócios do Banco com base nas informações que foi recebendo regularmente da direcção.

A actividade desenvolvida pelo Banco esteve em linha com os objectivos traçados, tendo as duas principais áreas de actividade *corporate and investment banking* e *private and business clients* obtido resultados operacionais que, no contexto de um fraco crescimento económico, se consideram satisfatórios.

Aprovação de contas

No exercício das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 441.º, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais e artigo 113.º, alínea a)

do contrato de sociedade, o conselho geral, tendo em conta a certificação legal das contas bem como a opinião dos auditores internacionais, aprovou sem reservas, em reunião de 3 de Agosto de 2006, o relatório da direcção e as contas individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2005.

Proposta de aplicação de resultados submetida pela direcção ao conselho geral

Uma vez que, no exercício de 2005, foi apurado um resultado líquido positivo de 1 522 098,54 euros propõe-se a seguinte distribuição de resultados:

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 1 522 098,54 euros, é seguinte (em euros):

Para reserva legal (10%)	152 209,85
Para reservas estatutárias (5%)	76 104,93
Para reservas livres	—
Para resultados transitados	1 293 783,76
	<u>1 522 098,54</u>

Lisboa, 3 de Agosto de 2006. — O Conselho Geral: *Frank Helmut Krings — Andreas Arndt — Werner Helmut Steinmüller — David Victor Fass — Antonio Linares Rodriguez — Antonio Rodriguez Pina — Fernando Olalla Merlo.*

Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Activo:			
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	54 816	160 438
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	21 568	5 779
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	3 499 598	3 938 327
Créditos sobre clientes	5	1 086 731	1 434 113
Obrigações, acções e outros títulos	6	28 550	78 369
Participações financeiras	7	10 207	10 207
Imobilizações incorpóreas	8	320	245
Imobilizações corpóreas	9	2 697	2 859
Outros activos	10	16 503	8 612
Contas de regularização	11	30 532	66 895
<i>Total do activo</i>		<u>4 751 522</u>	<u>5 705 844</u>
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		13 062	3 370
A prazo	12	987 289	1 576 413
Débitos para com clientes:			
À vista		157 451	184 977
A prazo	13	3 403 632	3 715 696
Outros passivos	15	3 842	3 396
Contas de regularização	16	31 207	68 492
Provisão para outros riscos e encargos	17	12 607	12 590
Passivos subordinados	18	45 000	45 000
<i>Total do passivo</i>		<u>4 654 090</u>	<u>5 609 934</u>
Situação líquida:			
Capital	19	79 620	79 620
Reservas e resultados acumulados	20 e 21	16 290	20 670
Resultado líquido		1 522	(4 380)
<i>Total da situação líquida</i>		<u>97 432</u>	<u>95 910</u>
		<u>4 751 522</u>	<u>5 705 844</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 33).

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados	22	154 820	228 269
Juros e custos equiparados	23	139 794	211 943
Margem financeira		15 026	16 326
Provisão para riscos de crédito	5 e 17	1 318	8 270
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		13 708	8 056
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos		634	148
Comissões	24	10 028	8 638
Lucros em operações financeiras	25	1 258	2 906
Outros proveitos de exploração	26	3 881	4 378
		15 801	16 070
Outros custos:			
Comissões	24	3 421	2 549
Prejuízos em operações financeiras	25	1 092	920
Custos com pessoal	27	12 638	10 681
Outros gastos administrativos	28	11 310	10 263
Amortizações do exercício	8 e 9	498	632
Outras provisões	29	(3 304)	559
Outros custos de exploração	30	2 332	2 277
		27 987	27 881
Resultado antes de impostos		1 522	(3 755)
Provisão para impostos sobre lucros	31	—	625
Resultado líquido do exercício		1 522	(4 380)

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Margem financeira	15 026	16 326
Provisões para riscos de crédito	1 318	8 270
Margem financeira líquida	13 708	8 056
Comissões líquidas	6 607	6 089
Outros resultados de exploração líquidos	1 549	2 101
Margem de serviços	21 864	16 246
Resultados de operações financeiras	800	2 134
Resultado operacional antes dos custos de transformação	22 664	18 380
Custos com pessoal	12 638	10 681
Outros custos administrativos	11 310	10 263
Amortizações	498	632
Custos de transformação	24 446	21 576
Resultado operacional	(1 782)	(3 196)
Outras provisões	3 304	(559)
Resultados antes de impostos	1 522	(3 755)
Impostos sobre lucros	—	625
Resultado líquido	1 522	(4 380)
Resultado por acção	0,096	(0,275)

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	206 009	246 140
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(186 163)	(221 401)
Outros resultados operacionais	1 549	743
Pagamento de impostos	—	(23)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(21 398)	(19 243)
Bónus a empregados	—	(2 163)
	(3)	4 053
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Varição em aplicações sobre outras instituições de crédito	544 054	(1 107 195)
(Aquisições)/alienações de títulos	49 880	2 645
(Aquisições)/alienações de participações financeiras	—	2 257
Créditos sobre clientes	357 618	586 509
Diminuição de capital de locação	885	452
Concessão de crédito hipotecário	(8 066)	(82 212)
(Aquisições)/alienações de imobilizado	(338)	(147)
Aumento/(diminuição) em outras contas de activo	(9 274)	(10)
	934 759	(597 701)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Aumento/(diminuição) em:		
Débitos para com instituições de crédito — à vista	9 692	2 814
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	(589 124)	(300 852)
Débitos para com clientes — à vista	(27 526)	(8 008)
Débitos para com clientes — a prazo	(312 064)	857 945
Emissão/(reembolso) de empréstimos subordinados	—	12 506
Emissão/(reembolso) de empréstimos obrigacionistas	—	(9 976)
Aumento de capital	—	30 000
Dividendos	—	(1 000)
Outras contas de passivo	(242)	(3 907)
	(919 264)	579 522
Varição líquida em caixa e equivalentes	15 492	(14 126)
Caixa e equivalentes no início do período	6 672	20 798
Caixa e equivalentes no fim do período	22 164	6 672

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Mapa das alterações na situação líquida em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos a 31 de Dezembro de 2003	73 453	49 620	7 856	15 977
Constituição de reservas:				
Reserva legal	—	—	474	(474)
Reserva estatutária	—	—	237	(237)
Distribuição aos empregados	(2 163)	—	—	(2 163)
Dividendos	(1 000)	—	—	(1 000)
Aumento de capital	30 000	30 000	—	—
Resultado do exercício	(4 380)	—	—	(4 380)
Saldos a 31 de Dezembro de 2004	95 910	79 620	8 567	7 723
Resultado do exercício	1 522	—	—	1 522
Saldos a 31 de Dezembro de 2005	97 432	79 620	8 567	9 245

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	54 816	—	54 816	160 438
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	21 568	—	21 568	5 779
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	3 499 598	—	3 499 598	3 938 327
4 — Créditos sobre clientes	1 098 390	11 659	1 086 731	1 434 113
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	28 910	360	28 550	78 369
a) De emissores públicos	27 963	—	27 963	77 825
b) De outros emissores	947	360	587	544
(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
7 — Participações	2 457	—	2 457	2 457
8 — Partes de capital em empresas coligadas	7 750	—	7 750	7 750
9 — Imobilizações incorpóreas	8 512	8 192	320	245
10 — Imobilizações corpóreas	9 403	6 706	2 697	2 859
(Dos quais: imóveis)	(2 530)	(685)	(1 845)	(1 865)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	17 677	1 174	16 503	8 612
15 — Contas de regularização	30 532	—	30 532	66 895
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	4 380
<i>Total do activo</i>	4 779 613	28 091	4 751 522	5 710 224

PASSIVO

	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito	1 000 351	1 579 783
a) À vista	13 062	3 370
b) A prazo ou com pré-aviso	987 289	1 576 413
2 — Débitos para com clientes	3 561 083	3 900 673
a) Depósitos de poupança	—	—
b) Outros débitos	3 561 083	3 900 673
ba) À vista	157 451	184 977
bb) A prazo	3 403 632	3 715 696
3 — Débitos representados por títulos	—	—
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	3 842	3 396
5 — Contas de regularização	31 207	68 492
6 — Provisão para riscos e encargos	12 607	12 590
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	12 607	12 590
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	45 000	45 000
9 — Capital subscrito	79 620	79 620
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	15 870	15 870
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	420	4 800
14 — Lucro do exercício	1 522	—
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	4 751 522	5 710 224

Rubricas extrapatrimoniais

(Em milhares de euros)

	2005	2004
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	82 944	76 292
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	—	—
1.2 — Garantias e avales	82 884	76 184
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	—	—
1.4 — Outros	60	108
2 — Compromissos	76 028	106 679
Dos quais:		
2.1 — Compromissos resultantes de operações de venda com opções de recompra	—	—
	158 972	182 971

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro 2005 e 2004

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	139 794	211 943
2 — Comissões	3 421	2 549
3 — Prejuízos em operações financeiras	1 092	920
4 — Gastos gerais administrativos	23 948	20 944
a) Custos com o pessoal	12 638	10 681
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(9 430)	(8 344)
(— encargos sociais)	(1 536)	(1 490)
Dos quais:		
(— com pensões)	(375)	(289)
b) Outros gastos administrativos	11 310	10 263
5 — Amortizações do exercício	498	632
6 — Outros custos de exploração	1 106	642
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	6 176	12 842
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	1 284	(5 247)
11 — Perdas extraordinárias	1 152	1 449
13 — Impostos sobre lucros	—	625
14 — Outros impostos	74	186
15 — Lucro do exercício	1 522	—
Total	178 783	252 732

CRÉDITO

	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	154 820	228 269
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(3 330)	(8 427)
2 — Rendimentos de títulos	634	148
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	—	32
b) Rendimento de participações	34	116
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	600	—
3 — Comissões	10 028	8 638
4 — Lucros em operações financeiras	1 258	2 906
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	8 162	4 013

(Em milhares de euros)

	2005	2004
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	2 417	1 251
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	1 464	3 127
11 — Prejuízo do exercício	—	4 380
Total	178 783	252 732

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

Natureza dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — negociação					—
B) Títulos — investimento					28 909 584
De rendimento fixo — de emissores públicos					27 963 070
De dívida pública portuguesa					27 963 070
A médio e a longo prazos					27 963 070
Obrigações do Tesouro — Fevereiro 96/06	2 493 989 485	0,01	0,01	100,85	24 939 895
Obrigações do Tesouro — 3,25% — 15 de Julho de 2008 ...	300 000 000	0,01	0,01	101,20	3 023 175
De rendimento fixo — de outros emissores					946 514
Emitidos por residentes					946 514
A médio e a longo prazos					946 514
Obrigações EDP — 25.ª emissão — 1998	39 783 621	0,01	0,01	99,98	397 836
Obrigações HLC — Eng. Proj. Gest./03	250 000	2,19	2,19	—	548 678
D) Imobilizações financeiras					14 458 679
Participações					2 456 679
Em outras empresas no País					2 456 679
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	20 000	5,00	122,83	—	2 456 679
Partes de capital em empresas coligadas					7 750 000
Em outras empresas no País					7 750 000
Navegador — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	1 500 000	5,00	5,00	—	7 500 000
Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	50 000	5,00	5,00	—	250 000
Outras imobilizações financeiras					4 252 000
Prestações suplementares					4 252 000
Navegador — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	—	—	4 052 000

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho de 1996) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o universo das subsidiárias e associadas.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — As diferenças entre o valor dos títulos de investimento apresentados no balanço e os valores de mercado são apresentados na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

6 — As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2005, estão apresentadas na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

7 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo e o Banco não detêm obrigações e outros títulos de rendimento fixo que se vençam no ano que se segue à data do encerramento do balanço.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detinha quaisquer créditos, sobre empresas com ligação de participação, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detinha quaisquer créditos, sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

10 — O inventário da carteira de títulos e participações financeiras do Grupo à data de 31 de Dezembro de 2005 é apresentado conjuntamente com os mapas contabilísticos.

11 — O desenvolvimento das imobilizações incorpóreas e corpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.ºs 8 e 9, respectivamente, às demonstrações financeiras.

12 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo e o Banco não detêm activos subordinados.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detinha quaisquer activos cedidos com acordo de recompra. A 31 de Dezembro de 2004, os activos cedidos com acordo de recompra totalizavam o montante de 132 045 000 euros.

14 — A decomposição dos créditos por prazos residuais encontra-se nas notas n.ºs 4 e 5 às demonstrações financeiras.

15 — O Grupo e o Banco não efectuaram reavaliações de imobilizações corpóreas e de imobilizações financeiras.

16 — As despesas de estabelecimento são apresentadas na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem no Grupo situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos em função do prazo residual encontra-se representada nas notas n.ºs 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras.

19 — A decomposição dos débitos representados por títulos consta na nota n.º 14 às demonstrações financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2005, não existiam quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Grupo e do Banco, sobre empresas com as quais existia uma ligação de participação.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2005, os débitos representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Grupo e do Banco, sobre empresas com as quais existia uma ligação de coligação, são analisados como segue (em milhares de euros):

Débitos para com clientes:

Navegador — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	12 728
Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	426
	<u>13 154</u>

22 — Os passivos subordinados no Grupo e do Banco, são apresentados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão discriminados na nota n.º 33 às demonstrações financeiras.

24 — Os movimentos das contas de provisões estão desenvolvidos nas notas n.ºs 5, 6, 10 e 17 às demonstrações financeiras.

25 — O critério utilizado para distinguir entre títulos de negociação, títulos de investimento e títulos da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos na nota n.º 1, alínea h) às demonstrações financeiras.

26 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detém títulos a vencimento.

27 — A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta nas notas n.ºs 11 e 16 às demonstrações financeiras.

28 — Os montantes ainda não imputados a resultados são apresentados na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

29 — Não se registou qualquer subscrição de acções no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2005, não existiam quaisquer partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis ou de títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.ºs 10 e 15 às demonstrações financeiras, respectivamente.

32 — Não existem fundos administrados pelo Grupo e pelo Banco por conta de outrem.

33 — As operações a prazo não vencidas para o Grupo e para o Banco, estão apresentadas na nota n.º 33 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo e no Banco durante o exercício de 2005, distribuído por grandes categorias profissionais, encontra-se analisado na nota n.º 27 às demonstrações financeiras.

35 — O valor total de remunerações atribuídas pelo Grupo e pelo Banco aos órgãos de direcção e fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, está referido na nota n.º 27 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — A decomposição dos elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira é analisada como segue (em milhares de euros):

Activos	86 457
Passivos	84 078

38 — Os proveitos realizados relativamente às rubricas B1, B2, B3, B4 e B7 da demonstração dos resultados durante o exercício de 2004 foram obtidos com clientes e/ou com operações realizadas em Portugal e na sucursal financeira exterior (SFE) na Madeira e apresentam-se da forma como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	
	Actividade em Portugal	Actividade na SFE
Juros e proveitos equiparados	69 036	85 990
Rendimento de títulos	34	—
Comissões	11 018	126
Lucros em operações financeiras	390	868
Outros proveitos de exploração	2 390	27
	Banco	
	Actividade em Portugal	Actividade na SFE
Juros e proveitos equiparados	68 830	85 990
Rendimento de títulos	634	—
Comissões	9 902	126
Lucros em operações financeiras	390	868
Outros proveitos de exploração	2 390	27

39 — A decomposição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
A) Custos:		
6 — Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	106	106
Menos-valias em bens de locação financeira	5	5
Outros	995	995
	<u>1 106</u>	<u>1 106</u>
11 — Perdas extraordinárias:		
Perdas relativas a exercícios anteriores	101	60
Outras perdas extraordinárias	1 092	1 092
	<u>1 193</u>	<u>1 152</u>
B) Proveitos:		
7 — Outros proveitos de exploração:		
Recuperação de créditos incobráveis	228	228
Reembolso de despesas	559	559
Rendimento de imóveis	25	25
Proveitos de prestação de serviços	121	121
Outros	1 464	1 464
	<u>2 417</u>	<u>2 417</u>
9 — Ganhos extraordinários:		
Indemnizações por incumprimento de contratos	9	9
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	1 237	1 237
Outros ganhos extraordinários	218	218
	<u>1 464</u>	<u>1 464</u>

40 — Os encargos com passivos subordinados estão apresentados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença para o Grupo entre a carga fiscal imputada ao exercício e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a este exercício está apresentada na nota n.º 31 às demonstrações financeiras.

42 — A distribuição da incidência do imposto sobre o rendimento é apresentada como segue:

	Percentagem	
	Grupo	Banco
Sobre resultados correntes	100	100
Sobre resultados extraordinários	—	—

43 — As contas do Deutsche Bank (Portugal), S. A., são consolidadas nas contas do Deutsche Bank AG, com sede na Alemanha, D 6000 Frankfurt am Main, Taunusanlage 12.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — As operações de locação financeira na óptica do locatário estão expressas na nota n.º 9 às demonstrações financeiras.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do capítulo II — normas e princípios contabilísticos.

47 — Os montantes incluídos nos resultados do Grupo provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio, ou que também sejam filiais da mesma empresa-mãe, são analisados como segue (em milhares de euros):

Grupo DB AG:

Custos:

Comissões por serviços prestados	427
Outros custos	3 198
	<u>3 625</u>

Proveitos:

Comissões por serviços prestados	5 366
Comissões de operações de titularização	394
	<u>5 760</u>

48 — À data de 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não detém operações de titularização na óptica do cedente.

49 — As informações sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência são apresentadas na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

50 — O detalhe das participações financeiras, bem como a aplicação do regime do aviso n.º 4/2002 e aviso n.º 3/95 encontra-se na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Grupo.

A Direcção: *Homero José de Pinho Coutinho*, presidente — *Filipe Crisóstomo Silva*, vogal — *Joaquim Baptista*, vogal — *Bernardo Meyrelles do Souto*, vogal — *Gert Spennemann*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	54 816	—	54 816	160 438
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	21 568	—	21 568	5 779
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	3 499 598	—	3 499 598	3 938 327
4 — Créditos sobre clientes	1 248 390	11 659	1 236 731	1 434 113
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	28 910	360	28 550	78 369
a) De emissores públicos	27 963	—	27 963	77 825
b) De outros emissores	947	360	587	544
(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—

(Em milhares de euros)

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
7 — Participações	2 457	—	2 457	2 457
8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	8 603	8 252	351	252
10 — Imobilizações corpóreas	9 403	6 706	2 697	2 859
(Dos quais: imóveis)	(2 530)	(685)	(1 845)	(1 865)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	13 405	1 174	12 231	6 560
15 — Contas de regularização	30 550	—	30 550	66 924
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	4 720
<i>Total do activo</i>	<i>4 944 080</i>	<i>28 151</i>	<i>4 889 549</i>	<i>5 700 798</i>

PASSIVO

	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito	1 000 351	1 579 783
a) À vista	13 062	3 370
b) A prazo ou com pré-aviso	987 289	1 576 413
2 — Débitos para com clientes	3 547 929	3 889 752
a) Depósitos de poupança	—	—
b) Outros débitos	3 547 929	3 889 752
ba) À vista	144 297	174 056
bb) A prazo	3 403 632	3 715 696
3 — Débitos representados por títulos	150 000	—
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	150 000	—
4 — Outros passivos	3 903	3 502
5 — Contas de regularização	31 237	68 492
6 — Provisão para riscos e encargos	12 607	12 590
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	12 607	12 590
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	45 000	45 000
9 — Capital subscrito	79 620	79 620
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	16 313	17 259
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	1 026	4 800
14 — Lucro do exercício	1 563	—
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>4 889 549</i>	<i>5 700 798</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2005	2004
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	82 944	76 292
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	—	—
1.2 — Garantias e avals	82 884	79 162
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	—	—
1.4 — Outros	60	(2 870)
2 — Compromissos	76 028	106 679
Dos quais:		
1.1 — Compromissos resultantes de operações de venda com opções de recompra	—	—
	<i>158 972</i>	<i>182 971</i>

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro 2005 e 2004**DÉBITO**

(Em milhares de euros)

	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	140 000	211 943
2 — Comissões	3 421	2 549
3 — Prejuízos em operações financeiras	1 092	920
4 — Gastos gerais administrativos	24 096	20 989
a) Custos com o pessoal	12 707	10 681
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(9 485)	(8 344)
(— encargos sociais)	(1 550)	(1 490)
Dos quais:		
(— com pensões)	(376)	(289)
b) Outros gastos administrativos	11 389	10 308
5 — Amortizações do exercício	520	647
6 — Outros custos de exploração	1 106	642
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	6 176	12 842
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	1 630	(4 349)
11 — Perdas extraordinárias	1 193	1 449
13 — Impostos sobre lucros	264	850
14 — Outros impostos	74	186
15 — Lucro do exercício	1 563	—
<i>Total</i>	<i>179 505</i>	<i>253 017</i>

CRÉDITO

	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	155 026	228 269
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(3 330)	(8 427)
2 — Rendimento de títulos	34	148
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	—	32
b) Rendimento de participações	34	116
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	11 144	9 596
4 — Lucros em operações financeiras	1 258	2 906
5 — Reposições e anulações de provisões	8 162	4 013
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	2 417	1 251
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	1 464	2 114
11 — Prejuízo do exercício	—	4 720
<i>Total</i>	<i>179 505</i>	<i>253 017</i>

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Activo:			
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	2	54 816	160 438
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	21 568	5 779
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	3 499 598	3 938 327
Créditos sobre clientes	5	1 236 731	1 434 113
Obrigações, acções e outros títulos	6	28 550	78 369
Participações financeiras	7	2 457	2 457
Imobilizações incorpóreas	8	351	252

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Imobilizações corpóreas	9	2 697	2 859
Outros activos	10	12 231	6 560
Contas de regularização	11	30 550	66 924
		<u>4 889 549</u>	<u>5 696 078</u>
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		13 062	3 370
A prazo	12	987 289	1 576 413
Débitos para com clientes:			
À vista		144 297	174 056
A prazo	13	3 403 632	3 715 696
Débitos representados por títulos	14	150 000	—
Outros passivos	15	3 903	3 502
Contas de regularização	16	31 237	68 492
Provisão para outros riscos e encargos	17	12 607	12 590
Passivos subordinados	18	45 000	45 000
<i>Total do passivo</i>		<u>4 791 027</u>	<u>5 599 119</u>
Situação líquida:			
Capital	19	79 620	79 620
Reservas e resultados acumulados	20 e 21	17 339	22 059
Resultado líquido		1 563	(4 720)
<i>Total da situação líquida</i>		<u>98 522</u>	<u>96 959</u>
		<u>4 889 549</u>	<u>5 696 078</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 33).

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados	22	155 026	228 269
Juros e custos equiparados	23	140 000	211 943
Margem financeira		15 026	16 326
Provisão para riscos de crédito	5 e 17	1 318	8 270
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		<u>13 708</u>	<u>8 056</u>
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos		34	148
Comissões	24	11 144	9 596
Lucros em operações financeiras	25	1 258	2 906
Outros proveitos de exploração	26	3 881	3 365
		<u>16 317</u>	<u>16 015</u>
Outros custos:			
Comissões	24	3 421	2 549
Prejuízos em operações financeiras	25	1 092	920
Custos com pessoal	27	12 707	10 681
Outros gastos administrativos	28	11 389	10 308
Amortizações do exercício	8 e 9	520	647
Outras provisões	29	(3 304)	559
Outros custos de exploração	30	2 373	2 277
		<u>28 198</u>	<u>27 941</u>
Resultado antes de impostos		1 827	(3 870)
Provisão para impostos sobre lucros	31	264	850
Resultado líquido do exercício		<u>1 563</u>	<u>(4 720)</u>

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados consolidados por funções em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Margem financeira	15 026	16 326
Provisões para riscos de crédito	1 318	8 270
Margem financeira líquida	13 708	8 056
Comissões líquidas	7 723	7 047
Outros resultados de exploração líquidos	1 508	1 088
Margem de serviços	22 939	16 191
Resultados de operações financeiras	200	2 134
Resultado operacional antes dos custos de transformação	23 139	18 325
Custos com pessoal	12 707	10 681
Outros custos administrativos	11 389	10 308
Amortizações	520	647
Custos de transformação	24 616	21 636
Resultado operacional	(1 477)	(3 311)
Outras provisões	3 304	(559)
Resultados antes de impostos	1 827	(3 870)
Impostos sobre lucros	264	850
Resultado líquido	1 563	(4 720)
Resultado por acção	0,098	(0,296)

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	205 349	247 229
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(185 998)	(221 401)
Outros resultados operacionais	1 508	684
Pagamento de impostos	(879)	(157)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(20 493)	(19 289)
Distribuição aos empregados	—	(2 163)
	(513)	4 903
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Variação em aplicações sobre outras instituições de crédito	544 054	(1 107 195)
(Aquisições)/alienações de títulos	49 880	2 645
Créditos sobre clientes	207 618	586 509
Diminuição de capital de locação	885	452
Concessão de crédito hipotecário	(8 066)	(82 212)
(Aquisições)/alienações de imobilizado	(384)	(147)
Aumento/(diminuição) em outras contas de activo	(7 055)	2 048
	786 932	(597 900)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Aumento/diminuição em:		
Débitos para com instituições de crédito — à vista	9 692	2 814
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	(589 124)	(300 852)
Débitos para com clientes — à vista	(29 759)	(11 994)
Débitos para com clientes — a prazo	(312 064)	857 945
Emissão/(reembolsos) de empréstimos subordinados	—	12 506
Emissão/(reembolso) de empréstimos obrigacionistas	150 000	(9 976)

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Aumento de capital	—	30 000
Dividendos	—	(1 000)
Outras contas de passivo	328	(572)
	<u>(770 927)</u>	<u>578 871</u>
Varição líquida em caixa e equivalentes	15 492	(14 126)
Caixa e equivalentes no início do período	6 672	20 798
Caixa e equivalentes no fim do período	22 164	6 672

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Mapa das alterações na situação líquida consolidada em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos a 31 de Dezembro de 2003	74 836	49 620	7 856	17 360
Constituição de reservas:				
Reserva legal	—	—	474	(474)
Reserva estatutária	—	—	237	(237)
Distribuição aos empregados	(2 163)	—	—	(2 163)
Dividendos	(1 000)	—	—	(1 000)
Aumento de Capital	30 000	30 000	—	—
Resultado do exercício	(4 720)	—	—	(4 720)
Outros movimentos em reservas	6	—	—	6
Saldos a 31 de Dezembro de 2004	<u>96 959</u>	<u>79 620</u>	<u>8 567</u>	<u>8 772</u>
Resultado do exercício	1 563	—	—	1 563
Saldos a 31 de Dezembro de 2005	<u>98 522</u>	<u>79 620</u>	<u>8 567</u>	<u>10 335</u>

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

1 — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação.* — O Deutsche Bank (Portugal), S. A. (Banco), é um Banco de capitais privados, constituído em 2 de Julho de 1990.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de acordo com a legislação em vigor, tendo-se especializado designadamente em operações nos mercados de títulos, operações nos mercados monetários, serviços especializados de consultoria e operações de crédito e de locação financeira.

Indirectamente, através das suas subsidiárias Navigator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S. A. e Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A., o Banco efectua operações de gestão de fundos de titularização de créditos.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e das suas subsidiárias (Grupo), tal como definido na nota n.º 7. As demonstrações financeiras do Deutsche Bank (Portugal), S. A., e das suas subsidiárias foram elaboradas de acordo com os Princípios Contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

b) *Princípios de consolidação.* — As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota n.º 7, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março.

As participações financeiras em empresas subsidiárias, que representam 50%, ou a maioria do capital, ou de direitos de voto, e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral. Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

d) *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, incluindo capital e juros em mora, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro e o aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro.

e) *Provisão para outras aplicações.* — De acordo com as instruções do Banco de Portugal, as diferenças positivas entre o valor do capital vincendo dos bens recuperados e o respectivo valor de mercado, são

provisionados na sua totalidade, com base no disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, no aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro e no aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro do Banco de Portugal.

f) *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, o aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro e o aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro do Banco de Portugal.

g) *Provisão para risco-país.* — A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do *Boletim de Normas e Instruções* do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida instrução.

h) *Obrigações, acções e outros títulos.* — Estes títulos em carteira encontram-se classificados como títulos de investimento.

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, sendo apresentada como dedução à respectiva carteira de títulos, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

i) *Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos:*

Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de derivativos de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação ou os juros devidos à contraparte são periodificados até à data de vencimento, por contrapartida de proveitos ou custos.

Operações de derivativos de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

Caps e floors:

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas respectivamente por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

j) *Participações.* — As participações financeiras inferiores a 20%, não são objecto de consolidação e encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição, deduzidas de provisões constituídas no âmbito dos avisos n.ºs 3/95 e 4/2002 do Banco de Portugal.

O aviso n.º 4/2002 entrou em vigor em 30 de Junho de 2002 e estabelece as seguintes regras de provisionamento das participações financeiras:

São constituídas provisões para as menos-valias latentes em participações financeiras quando estas ultrapassam 15% do respectivo custo de aquisição. O valor a provisionar corresponde a 40% da menos-valia latente que exceder os referidos 15% do valor investido;

Para as participações em carteira em 31 de Dezembro de 2001 foi estabelecido um regime transitório que permite o diferimento da constituição das provisões apuradas à data da entrada em vigor do aviso, da seguinte forma:

Empresas financeiras e seguradoras: 10% ao ano durante 10 anos;

Empresas não financeiras: 25% ao ano nos três primeiros anos, 15% no quarto ano e 10% no quinto ano.

O aumento das menos-valias latentes após 30 de Junho de 2002, verificado ao longo do período transitório, relativamente às participações em carteira à data de 31 de Dezembro de 2001, será absorvido durante este período.

Da diminuição das menos-valias latentes após 30 de Junho de 2002, verificado ao longo do período transitório, relativamente às participações em carteira à data de 31 de Dezembro de 2001, não podem resultar reduções dos níveis de provisões a constituir no âmbito do regime transitório, excepto nos casos em que o valor provisionados ultrapasse o que seria necessário caso este regime não fosse aplicado.

k) *Imobilizações incorpóreas.* — O imobilizado incorpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes para um período de três anos.

l) *Custos plurianuais.* — Os custos plurianuais referem-se a encargos com o desenvolvimento de projectos e são diferidos para períodos contabilísticos futuros, sendo amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos todos os critérios seguintes:

i) O produto ou processo esteja claramente definido e os custos atribuíveis ao produto ou processo possam ser identificados separadamente;

ii) Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;

iii) Exista a intenção de comercializar ou utilizar o produto ou processo;

iv) Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;

v) Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

m) *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no decreto regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Equipamentos	5 a 10
Viaturas	4
Outras imobilizações	3 a 6

n) *Locação financeira:*

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade

locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincentas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

o) Pensões de reforma. — Em conformidade com os contratos negociados com os seus trabalhadores, o Grupo assumiu voluntariamente a responsabilidade relativa a complementos de pensões de reforma em relação ao valor da pensão de reforma assegurado pela segurança social.

O Grupo constituiu numa entidade seguradora um seguro com vista a cobrir integralmente o valor das responsabilidades assumidas. Desta forma, as dotações para o seguro de complemento de reforma são efectuadas com base num estudo actuarial efectuado pela entidade seguradora.

p) Fiscalidade. — O Banco está sujeito ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Os impostos diferidos sobre os lucros são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço.

De acordo com a legislação portuguesa as declarações para impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

2 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Caixa	596	893	596	893
Banco de Portugal	54 220	159 545	54 220	159 545
	54 816	160 438	54 816	160 438

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Portugal inclui o valor numerário para satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, cuja reserva é calculada com base no montante de depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da zona do euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Em instituições de crédito no país	223	318	223	313
Em instituições de crédito no estrangeiro	18 790	4 172	18 790	4 172
Cheques a cobrar	2 555	1 289	2 555	1 289
	21 568	5 779	21 568	5 779

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	3 499 598	3 938 327	3 499 598	3 938 327

O saldo da rubrica de aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro é referente a aplicações de curto prazo efectuadas junto do Deutsche Bank AG.

A análise desta rubrica à data de 31 de Dezembro de 2005 e 2004 pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	3 128 698	2 848 293	3 128 698	2 848 293
De três meses a um ano	347 300	1 058 334	347 300	1 058 334
De um ano a cinco anos	23 600	30 600	23 600	30 600
Mais de cinco anos	—	1 100	—	1 100
	3 499 598	3 938 327	3 499 598	3 938 327

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Crédito interno:				
Operações de securitização	611 217	695 722	461 217	695 722
Crédito hipotecário	340 342	332 311	340 342	332 311
Crédito automóvel	32 774	36 614	32 774	36 614
Capital em locação	33 167	34 014	33 167	34 014
Outros créditos concedidos:				
Empresas	186 019	307 645	186 019	307 645
Particulares	30 580	30 648	30 580	30 648
	<u>1 234 099</u>	<u>1 436 954</u>	<u>1 084 099</u>	<u>1 436 954</u>
Crédito vencido:				
A menos de 90 dias	1 401	1 111	1 401	1 111
A mais de 90 dias	12 890	11 781	12 890	11 781
	<u>14 291</u>	<u>12 892</u>	<u>14 291</u>	<u>12 892</u>
	<u>1 248 390</u>	<u>1 449 846</u>	<u>1 098 390</u>	<u>1 449 846</u>
Provisão específica para crédito concedido	<u>(11 659)</u>	<u>(15 733)</u>	<u>(11 659)</u>	<u>(15 733)</u>
	<u>1 236 731</u>	<u>1 434 113</u>	<u>1 086 731</u>	<u>1 434 113</u>

A rubrica de operações de securitização inclui activos titularizados por instituições de crédito referentes essencialmente a operações de crédito hipotecário, locação financeira, crédito ao consumo e aluguer de longa duração. Encontram-se igualmente registados na rubrica de crédito sobre clientes as operações de créditos titularizados sobre títulos.

As operações de titularização sobre créditos consistem na compra por parte do Banco da componente de juros dos créditos titularizados a diversas instituições de crédito, enquanto o veículo adquire a respectiva componente de capital dos créditos titularizados. Nas operações de titularização sobre títulos o Banco adquire a carteira de títulos nacionais objecto de titularização.

A 31 de Dezembro de 2005, os créditos titularizados sobre títulos e créditos ascendem a 6 884 000 euros (2004: 21 245 000 euros) e 454 333 000 euros (2004: 674 477 000 euros), respectivamente.

Estas operações de titularização têm data de maturidade compreendida entre Janeiro de 2007 e Dezembro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de outros créditos concedidos a empresas inclui o montante de 132 045 000 euros, referente a operações de crédito com acordo de recompra.

A análise da rubrica de crédito sobre clientes à data de 31 de Dezembro de 2005 e 2004 pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	96 727	81 030	96 727	81 030
De três meses a um ano	7 240	26 872	7 240	26 872
De um ano a cinco anos	322 611	297 277	322 611	297 277
Mais de cinco anos	807 521	1 031 775	657 521	1 031 775
Duração indeterminada	14 291	12 892	14 291	12 892
	<u>1 248 390</u>	<u>1 449 846</u>	<u>1 098 390</u>	<u>1 449 846</u>

A análise do crédito sobre clientes por sector de actividade é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Alimentação, bebidas e tabaco	2 666	1 868	2 666	1 868
Têxteis	120	203	120	203
Madeira e cortiça	26	12	26	12
Papel e celulose	—	6 320	—	6 320
Químicas	905	7 612	905	7 612
Máquinas e equipamento	642	5 692	642	5 692
Electricidade, água e gás	19 802	17 730	19 802	17 730
Construção	1 917	1 688	1 917	1 688
Comércio	6 524	5 507	6 524	5 507
Transportes e comunicações	4 835	6 065	4 835	6 065
Serviços	186 322	292 830	186 322	292 830
Serviços financeiros	461 866	696 522	461 866	696 522
Minerais não metálicos	270	61	270	61
Outras actividades	562 495	407 736	412 495	407 736
	<u>1 248 390</u>	<u>1 449 846</u>	<u>1 098 390</u>	<u>1 449 846</u>
Provisão específica para crédito concedido	<u>(11 659)</u>	<u>(15 733)</u>	<u>(11 659)</u>	<u>(15 733)</u>
	<u>1 236 731</u>	<u>1 434 113</u>	<u>1 086 731</u>	<u>1 434 113</u>

Os movimentos da provisão específica do Grupo e do Banco para crédito concedido são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	15 733	8 973	15 733	8 973
Provisão do exercício	3 909	9 373	3 909	9 373
Reposições	(1 787)	(1 307)	(1 787)	(1 307)
Utilização de provisões	(1 057)	(1 306)	(1 057)	(1 306)
Transferências	(5 139)	—	(5 139)	—
Saldo em 31 de Dezembro	11 659	15 733	11 659	15 733

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea c), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irre recuperável numa óptica económica. Os valores dos créditos recuperados são contabilizados como proveitos do exercício em que ocorram.

6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Obrigações de entidades nacionais:				
Emissores públicos	27 963	77 852	27 963	77 852
Outros emissores	398	398	398	398
Provisão para títulos	28 361	78 250	28 361	78 250
	—	(27)	—	(27)
Títulos vencidos	28 361	78 223	28 361	78 223
	549	549	549	549
Provisão para títulos vencidos	28 910	78 772	28 910	78 772
	(360)	(403)	(360)	(403)
	28 550	78 369	28 550	78 369

O valor dos títulos de rendimento fixo, para o Grupo e para o Banco, com vencimento no decurso dos anos de 2006 e 2005 são os seguintes:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Obrigações de entidades nacionais:				
Emissores públicos	24 940	49 880	24 940	49 880

No decorrer do exercício de 2005, ocorreu o reembolso das Obrigações do Tesouro — emissão FEV 95/05 no montante de 49 879 790 euros. À data de 31 de Dezembro de 2005, não existiam títulos contabilizados na carteira de negociação e a vencimento do Banco.

Os títulos de investimento são provisionados, conforme política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea h).

Os valores comparativos entre o valor contabilístico e o valor de mercado para os títulos de investimento, à data de 31 de Dezembro de 2005, são os seguintes:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	Valor contabilístico	Valor de mercado	Valor contabilístico	Valor de mercado
Obrigações de entidades nacionais:				
Emissores públicos	27 963	28 188	27 963	28 188
Obrigações de outros emissores:				
Entidades nacionais	398	398	398	398
Entidades nacionais — títulos vencidos	189	189	189	189
	28 550	28 775	28 550	28 775

À data de 31 de Dezembro de 2005, o valor de mercado dos títulos de investimento do Banco era superior ao seu valor contabilístico em 225 000 euros (2004: 2 135 000 euros). À data de 31 de Dezembro de 2005, as mais-valias potenciais nos títulos incluídos nas operações de *asset swap* atingem o montante de 212 000 euros (2004: 2 564 000 euros). Estas mais-valias encontram-se compensadas com menos-valias potenciais nos derivativos de cobertura destes títulos. À data de 31 de Dezembro de 2005 a mais-valia líquida destas operações é de 13 000 euros (2004: 554 000 euros).

De acordo com o disposto no artigo 20.º, alínea *a*) do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea *h*), as menos-valias nestes títulos, se existentes, encontram-se totalmente provisionadas.

À data de 31 de Dezembro de 2005, os montantes ainda não imputados a resultados relativamente aos títulos de investimento eram os seguintes:

(Em milhares de euros)		
	Grupo	Banco
Títulos emitidos por valor inferior ao seu valor de reembolso	23	23

Os movimentos nas provisões para títulos de investimento do Grupo e Banco são analisados como segue:

(Em milhares de euros)				
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	430	478	430	478
Provisão do exercício	—	29	—	29
Reposições	(70)	(77)	(70)	(77)
Saldo em 31 de Dezembro	360	430	360	430

7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)				
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Participações:				
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	2 457	2 457	2 457	2 457
Participações em empresas subsidiárias:				
Navegator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	7 500	7 500
Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	250	250
	2 457	2 457	10 207	10 207

A participação na SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., é de 20 000 acções representativas de 0,408% do capital social desta sociedade. Com base na carta-circular n.º 8/2003/DSB, de 31 de Janeiro de 2003, o Banco não constituiu provisões para a participação na SIBS no âmbito do aviso n.º 4/2002.

Em Novembro de 2004 foi constituída a sociedade Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A., com um capital de 250 000 euros.

Em Dezembro de 2004 foi realizado o aumento de capital da Navegator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S. A., no montante de 1 000 000 de euros, subscrito pelo Deutsche Bank (Portugal), S. A.

Em 31 de Dezembro de 2005, a percentagem de participação nas empresas subsidiárias era a seguinte:

Subsidiárias	Actividade	Porcentagem detida pelo Banco	Método de consolidação	Observações
Navegator	Gestão de fundos de titularização de créditos	100	Integral	(a)
Tagus	Titularização de créditos	100	Integral	(b)

(a) Sociedade constituída em Agosto de 2002 tendo iniciado a sua actividade em 2 de Dezembro de 2002.

(b) Sociedade constituída em Novembro de 2004 tendo iniciado a sua actividade em 21 de Janeiro de 2005.

8 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)				
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Custo de aquisição:				
Despesas de estabelecimento	663	663	626	626
Software	6 901	6 855	6 849	6 848

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Custos plurianuais	763	763	763	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	4	4	4
Imobilizado em curso	271	82	270	82
	<u>8 602</u>	<u>8 367</u>	<u>8 512</u>	<u>8 323</u>
Amortizações acumuladas:				
Do exercício	(136)	(157)	(114)	(142)
De exercícios anteriores	(8 115)	(7 958)	(8 078)	(7 936)
	<u>(8 251)</u>	<u>(8 115)</u>	<u>(8 192)</u>	<u>(8 078)</u>
	351	252	320	245

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2005, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2005	Aquisições/dotações	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo de aquisição:			
Despesas de estabelecimento	663	—	663
Software	6 855	46	6 901
Custos plurianuais	763	—	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	—	4
Imobilizado em curso	82	189	271
	<u>8 367</u>	<u>235</u>	<u>8 602</u>
Amortizações acumuladas:			
Despesas de estabelecimento	655	8	663
Software	6 693	128	6 821
Custos plurianuais	763	—	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	—	4
	<u>8 115</u>	<u>136</u>	<u>8 251</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2005, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2005	Aquisições/dotações	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo de aquisição:			
Despesas de estabelecimento	626	—	626
Software	6 848	1	6 849
Custos plurianuais	763	—	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	—	4
Imobilizado em curso	82	188	270
	<u>8 323</u>	<u>189</u>	<u>8 512</u>
Amortizações acumuladas:			
Despesas de estabelecimento	626	—	626
Software	6 685	114	6 799
Custos plurianuais	763	—	763
Outras imobilizações incorpóreas	4	—	4
	<u>8 078</u>	<u>114</u>	<u>8 192</u>

9 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Custo de aquisição:				
Terrenos e edifícios	2 530	2 497	2 530	2 497
Mobiliário	1 225	1 216	1 225	1 216

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Equipamento	368	344	368	344
Equipamento informático	3 908	3 784	3 908	3 784
Instalações interiores	898	890	898	890
Viaturas	4	4	4	4
Equipamento de segurança	50	38	50	38
Outras imobilizações corpóreas	421	409	421	409
	<u>9 404</u>	<u>9 182</u>	<u>9 404</u>	<u>9 182</u>
Amortizações acumuladas:				
Do exercício	(384)	(490)	(384)	(490)
De exercícios anteriores	(6 323)	(5 833)	(6 323)	(5 833)
	<u>(6 707)</u>	<u>(6 323)</u>	<u>(6 707)</u>	<u>(6 323)</u>
	<u>2 697</u>	<u>2 859</u>	<u>2 697</u>	<u>2 859</u>

Os imóveis estão registados ao custo de aquisição, incluindo Sisa e outros encargos.

A rubrica de terrenos e edifícios inclui o montante de 2 145 000 euros (2004: 2 145 000 euros) relativo a imóveis para os quais existe um contrato de promessa de compra e venda no montante de 2 484 000 euros (2004: 2 484 000 euros). À data de 31 de Dezembro de 2005 o valor líquido contabilístico destes imóveis é de 1 585 000 euros (2004: 1 623 000 euros).

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2005, para o Grupo e para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro de 2005	Aquisições/dotações	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo de aquisição:			
Terrenos e edifícios	2 497	33	2 530
Mobiliário	1 216	9	1 225
Equipamento	344	24	368
Equipamento informático	3 784	124	3 908
Instalações interiores	890	8	898
Viaturas	4	—	4
Equipamento de segurança	38	12	50
Outras imobilizações corpóreas	409	12	421
	<u>9 182</u>	<u>222</u>	<u>9 404</u>
Amortizações acumuladas:			
Terrenos e edifícios	632	53	685
Mobiliário	1 133	26	1 159
Equipamento	320	21	341
Equipamento informático	3 275	231	3 506
Instalações interiores	678	44	722
Viaturas	4	—	4
Equipamento de segurança	34	1	35
Outras imobilizações corpóreas	247	8	255
	<u>6 323</u>	<u>384</u>	<u>6 707</u>

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Aplicações por recuperação de créditos	5 482	178	5 482	178
Outros impostos a recuperar	4 092	4 039	4 092	4 039
FVA a recuperar	1 809	1 153	1 809	1 153
Devedores	459	262	459	262
Contas diversas	1 563	1 106	1 563	1 106
Prestações suplementares:				
Navegador — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	4 052	2 052
Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	—	—	220	—
	<u>13 405</u>	<u>6 738</u>	<u>17 677</u>	<u>8 790</u>
Provisão para equipamento recuperado e aplicações por recuperação de crédito	<u>(1 174)</u>	<u>(178)</u>	<u>(1 174)</u>	<u>(178)</u>
	<u>12 231</u>	<u>6 560</u>	<u>16 503</u>	<u>8 612</u>

A rubrica de aplicações por recuperação de crédito no montante de 5 482 000 euros (2004: 178 000 euros) representa os valores relativos aos bens recuperados por resolução de contratos. O montante desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos, cujos bens foram recuperados.

A rubrica de outros impostos a recuperar regista os pagamentos de IRC e de imposto do selo efectuados em anos anteriores, cujo reembolso foi solicitado ao Estado.

A rubrica de imposto sobre o valor acrescentado a receber representa o IVA a recuperar decorrente da actividade do Banco, cujo reembolso foi solicitado ao Estado.

Em Dezembro de 2005 foram efectuadas prestações acessórias de capital da Navigator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S. A., no montante de 2 000 000 de euros (2004: 2 052 000 euros) pelo accionista Deutsche Bank (Portugal), S. A.

Em Dezembro de 2005 foram efectuadas prestações acessórias de capital da Tagus — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A., no montante de 220 000 euros pelo accionista Deutsche Bank (Portugal), S. A.

Os movimentos da provisão para equipamento recuperado e para aplicações por recuperação de créditos, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	178	190	178	190
Provisão do exercício	5	—	5	—
Reposições	(4 122)	(12)	(4 122)	(12)
Utilização de provisões	(26)	—	(26)	—
Transferências	5 139	—	5 139	—
Saldo em 31 de Dezembro	1 174	178	1 174	178

11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Proveitos a receber	22 989	60 879	22 972	60 850
Despesas antecipadas	4 865	4 207	4 865	4 207
Flutuação de valores	310	277	310	277
Despesas com custo diferido	53	—	52	—
Outras contas de regularização	2 333	1 561	2 333	1 561
	30 550	66 924	30 532	66 895

A rubrica de despesas antecipadas inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 1 442 000 euros (2004: 988 000 euros) relativo a comissões pagas de produtos estruturados comercializados pelo Deutsche Bank (Portugal), S. A.

A rubrica de despesas com custo diferido refere-se à diferença de cobertura do Fundo de Pensões na parte que excede os 10% da banda do corredor conforme política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea o). Este montante é imputado a resultados durante um período de 10 anos. O corredor no montante de 310 000 euros (2004: 277 000 euros) e 310 000 euros (2004: 277 000 euros) encontra-se registado na rubrica de flutuação de valores, para o Grupo e para o Banco, respectivamente.

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	378 072	263 396	378 072	263 396
De três meses até seis meses	145 000	309 072	145 000	309 072
De seis meses até um ano	—	169 178	—	169 178
Mais de um ano	464 217	834 767	464 217	834 767
	987 289	1 576 413	987 289	1 576 413

Na rubrica de débitos para com instituições de crédito a mais de 12 meses encontram-se incluídos os depósitos a prazo do Deutsche Bank Frankfurt no montante total de 461 217 000 euros (2004: 695 722 000 euros) referentes à cobertura das operações de titularização, conforme mencionado na nota n.º 5.

13 — Débitos para com clientes a prazo:

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	3 028 759	2 628 786	3 028 759	2 628 786
De três meses até seis meses	39 339	591 270	39 339	591 270
De seis meses até um ano	215 769	343 403	215 769	343 403
Mais de um ano	119 765	152 237	119 765	152 237
	3 403 632	3 715 696	3 403 632	3 715 696

Nos termos da portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro de 1994, foi constituído o Fundo de Garantia Depósito, cujo objectivo é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94, do Ministério das Finanças.

14 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Obrigações titularizadas Pérola n.º 1	150 000	—	—	—

A rubrica de débitos representados por títulos, tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Mais de cinco anos	150 000	—	—	—

A rubrica de débitos representados por títulos do Grupo é analisada como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Montante (euros)	Taxa de juro (percentagem)	Taxa de juro em 31 de Dezembro de 2005 (percentagem)
Pérola n.º 1 <i>securitization notes</i>	Dezembro de 2005	Dezembro de 2012	150 000 000	Euribor 6M + 0,50	2,584

15 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Sector público administrativo	1 207	1 165	1 126	1 074
Fornecedores de imobilizado em locação financeira	116	43	116	43
Adiantamentos	1 138	1 078	1 138	1 078
Fornecedores de bens para locação	468	430	468	430
Outros credores	974	786	994	771
	3 903	3 502	3 842	3 396

A rubrica de sector público administrativo, para o Grupo, inclui 78 000 euros (2004: 693 000 euros), relativos ao imposto sobre o rendimento a pagar, conforme mencionado na nota n.º 31.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de sector público administrativo, para o Banco, inclui 602 000 euros relativos ao imposto sobre o rendimento a pagar.

A rubrica de adiantamentos no montante de 1 138 000 euros (2004: 1 078 000 euros) é referente a adiantamentos efectuados por terceiros pela aquisição de imóveis, conforme mencionado na nota n.º 9.

A rubrica de fornecedores de bens para locação inclui o montante de 468 000 euros (2004: 430 000 euros) refere-se a credores diversos do negócio de locação financeira.

A rubrica de outros credores inclui o montante de 111 000 euros relativos a contribuições adicionais a entregar à companhia seguradora responsável pela gestão do seguro de pensões em 2006, para o Grupo e para o Banco, conforme referido na nota n.º 32.

16 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Juros a pagar	15 818	58 703	15 818	58 703
Custos a pagar	10 621	6 363	10 591	6 363
Receitas antecipadas	4 302	2 911	4 302	2 911
Outras contas de regularização	496	515	496	515
	31 237	68 492	31 207	68 492

A rubrica de custos a pagar inclui, para o Grupo e Banco, o montante de 936 000 euros (2004: 888 000 euros) relativo à provisão para férias e subsídio de férias.

A rubrica de custos a pagar inclui ainda o montante de 3 200 000 euros (2004: 2 228 000 euros) relativo a prémios extraordinários a pagar aos colaboradores, conforme referido na nota n.º 27.

A rubrica de receitas antecipadas inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 4 189 000 euros (2004: 2 897 000 euros) relativo a comissões recebidas de produtos estruturados comercializados pelo Deutsche Bank (Portugal), S. A.

17 — Provisão para outros riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Provisão para riscos gerais de crédito	4 732	5 588	4 732	5 588
Provisão para outros riscos e encargos	7 875	7 002	7 875	7 002
	12 607	12 590	12 607	12 590

A provisão para riscos gerais de crédito é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	5 588	5 384	5 588	5 384
Provisão do exercício	1 178	2 821	1 178	2 821
Reposições	(1 982)	(2 617)	(1 982)	(2 617)
Utilizações de provisões	(52)	—	(52)	—
Saldo em 31 de Dezembro	4 732	5 588	4 732	5 588

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, o aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro e o aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro do Banco de Portugal, conforme política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea f).

A provisão para outros riscos e encargos é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	7 002	6 383	7 002	6 383
Provisão do exercício	1 084	619	1 084	619
Reposições	(201)	—	(201)	—
Utilizações de provisões	(10)	—	(10)	—
Saldo em 31 de Dezembro	7 875	7 002	7 875	7 002

A provisão para outros riscos e encargos no montante de 7 875 000 euros (2004: 7 002 000 euros) foi constituída para fazer face a outros riscos decorrentes da actividade do Grupo.

18 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Empréstimos subordinados	45 000	45 000	45 000	45 000

Os passivos subordinados são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percentagem)	2005 (euros)	Moeda
DB Luxemburgo	14-8-2002	14-8-2012	Euribor 3m + 0,65	30 000 000	EUR
DB Frankfurt	19-7-2004	19-7-2014	Euribor 3m + 0,44	15 000 000	EUR

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais postecipados, com taxas compreendidas entre 2,63% e 3%.

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Encargos imputados	1 249	1 049	1 249	1 049
Encargos pagos	1 239	1 005	1 239	1 005

19 — Capital:

O capital social de 79 619 730 euros (2004: 79 619 730 euros), representado por 15 923 946 acções com o valor nominal de cinco euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A data de 31 de Dezembro de 2005, o capital social do Deutsche Bank (Portugal), S. A., é detido a 99,99% pelo Deutsche Bank AG.

20 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Adicionalmente deverá ser constituída uma reserva estatutária com pelo menos 5% dos lucros anuais.

Em função dos resultados líquidos do Deutsche Bank (Portugal), S. A., do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, deverá ser afecto à reserva legal o montante de 152 210 euros e à reserva estatutária o montante de 76 105 euros.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Reservas legais	5 724	5 724	5 724	5 724
Reservas estatutárias	2 843	2 843	2 843	2 843
Outras reservas e resultados transitados	8 772	13 492	7 723	12 103
	17 339	22 059	16 290	20 670

22 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Juros de depósitos	93 700	97 489	93 700	97 489
Juros de operações de derivativos	36 100	96 589	36 100	96 589
Juros de crédito	21 600	25 691	21 565	25 691
Juros de títulos	3 330	8 427	3 330	8 427
Outros proveitos	296	73	125	73
	155 026	228 269	154 820	228 269

23 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Juros de depósitos de clientes	83 433	89 397	83 433	89 397
Juros de operações de derivativos	41 213	105 245	41 213	105 245
Juros de depósitos de bancos	13 308	15 356	13 308	15 356
Juros de títulos emitidos	1 454	1 538	1 454	1 538
Outros custos	592	407	386	407
	140 000	211 943	139 794	211 943

24 — Resultados de comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Proveitos de comissões:				
Por serviços bancários prestados	2 488	2 426	1 312	1 408
Compromissos perante terceiros	796	832	796	832

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Garantias prestadas	286	286	289	286
Por operações realizadas com títulos	95	84	95	84
Outras comissões	7 479	5 968	7 536	6 028
	<u>11 144</u>	<u>9 596</u>	<u>10 028</u>	<u>8 638</u>
Custos de comissões:				
Garantias recebidas	1	22	1	22
Por serviços bancários de terceiros	496	571	496	571
Outras comissões	2 924	1 956	2 924	1 956
	<u>3 421</u>	<u>2 549</u>	<u>3 421</u>	<u>2 549</u>
Lucro líquido de comissões	7 723	7 047	6 607	6 089

A rubrica de proveitos de comissões — outras comissões inclui um montante de 169 000 euros (2004: 269 000 euros) relativo a comissões recebidas pelas operações de titularização efectuadas. Esta rubrica inclui também o montante de 3 532 000 euros (2004: 1 761 000 euros) por serviços prestados ao Deutsche Bank London.

Esta rubrica inclui ainda o montante de 37 500 euros (2004: 200 000 euros) referente a comissões recebidas de promotores do Banco, pela abertura de Centros de Promotores Deutsche Bank.

25 — Resultados de operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Lucros em operações financeiras:				
Operações cambiais	1 258	901	1 258	901
Operações com títulos	—	2 005	—	2 005
	<u>1 258</u>	<u>2 906</u>	<u>1 258</u>	<u>2 906</u>
Prejuízos em operações financeiras:				
Operações cambiais	974	910	974	910
Operações com títulos	9	10	9	10
Outros prejuízos	109	—	109	—
	<u>1 092</u>	<u>920</u>	<u>1 092</u>	<u>920</u>
Lucro/(prejuízo) líquido de operações financeiras	166	1 986	166	1 986

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de lucros em operações com títulos refere-se à mais-valia obtida na alienação de 94 973 acções da Euronext.

26 — Outros proveitos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Produtos estruturados	850	—	854	—
Reembolso de despesas	559	451	559	451
Recuperação de créditos incobráveis	248	223	248	223
Proveitos de prestação de serviços	121	91	121	91
Rendas de imóveis	25	86	25	86
Mais-valias na alienação de participações	—	—	—	1 013
Mais-valias na alienação de bens imobilizados	—	35	—	35
Outros proveitos de exploração	2 078	2 479	2 074	2 479
	<u>3 881</u>	<u>3 365</u>	<u>3 881</u>	<u>4 378</u>

A rubrica de recuperação de crédito e juros representa os montantes relativos à recuperação de crédito e proveitos, anteriormente anulados por utilização de provisões, de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal no Plano de Contas para o Sistema Bancário.

27 — Custos com pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Remunerações	9 485	8 347	9 430	8 347
Encargos sociais obrigatórios	1 311	1 248	1 298	1 248
Encargos sociais facultativos	239	242	238	242
Outros custos	1 672	844	1 672	844
	12 707	10 681	12 638	10 681

O valor total de remunerações atribuídas aos órgãos de direcção e fiscalização, do Grupo e do Banco, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi de 528 000 euros e 464 000 euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de remunerações inclui o montante de 3 200 000 euros (2004: 2 228 000 euros) relativo a prémios extraordinários atribuídos aos colaboradores, conforme referido na nota n.º 16.

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo e do Banco, nos exercícios de 2005 e 2004, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Directores (conselho)	3	2	3	2
Directores	16	15	16	15
Directores adjuntos	12	13	12	13
Subdirectores	15	14	15	14
Assistentes de direcção	11	7	10	7
Técnicos e específicos	72	73	72	73
Administrativos	51	65	49	65
Auxiliares	2	2	2	2
	182	191	179	191

28 — Outros gastos administrativos:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Água, energia e combustíveis	26	99	26	99
Material de consumo	109	123	109	123
Rendas e alugueres	1 826	1 640	1 826	1 640
Comunicação	829	995	829	995
Deslocações, estadias e representações	228	221	228	221
Publicidade	339	291	339	291
Avenças e honorários	153	172	153	172
Conservação e reparação	287	155	287	153
Seguros	184	188	184	188
Serviços especializados	7 026	5 821	6 966	5 786
Formação do pessoal	20	22	20	22
Outros fornecimentos e serviços	362	581	343	573
	11 389	10 308	11 310	10 263

A rubrica de rendas e alugueres inclui o montante de 1 382 000 euros (2004: 944 000 euros) referente a rendas pagas pelo Grupo e pelo Banco pelo arrendamento das instalações.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de serviços especializados inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 4 435 000 euros (2004: 3 296 000 euros), referente a custos incorridos com a casa-mãe.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outros fornecimentos e serviços inclui, para o Grupo e para o Banco, o montante de 273 000 euros (2004: 504 000 euros) referente a despesas judiciais, de contencioso e notariado.

29 — Dotação/(reposição) de outras provisões:

O valor desta rubrica, para o Grupo e Banco, é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Provisões para títulos	(70)	(48)	(70)	(48)
Provisões para participações e outros activos	(4 117)	(12)	(4 117)	(12)
Provisão para outros riscos e encargos	883	619	883	619
	(3 304)	559	(3 304)	559

O movimento desta rubrica, para o Grupo e para o Banco, é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	2005		
	Reforços	Anulações e reposições	Movimento líquido
Provisão para títulos	—	70	(70)
Provisão para participações e outros activos	5	4 122	(4 117)
Provisão para outros riscos e encargos	1 084	201	883
	1 089	4 393	(3 304)

	2004		
	Reforços	Anulações e reposições	Movimento líquido
Provisão para títulos	29	77	(48)
Provisão para outros activos	—	12	(12)
Provisão para outros riscos e encargos	619	—	619
	648	89	559

30 — Outros custos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Impostos	74	186	74	186
Perdas relativas a exercícios anteriores	60	929	60	929
Outros custos	2 239	1 162	2 198	1 162
	2 373	2 277	2 332	2 277

31 — Provisão para impostos sobre lucros:

A provisão para impostos sobre os lucros para o Grupo e para o Banco foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço. A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga, para o Grupo e para o Banco, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Carga fiscal imputada (dotações):		
Exercício de 2004	850	625
Exercício de 2005	264	—
Carga fiscal paga:		
Exercício de 2004	157	23
Exercício de 2005	186	—
Diferença:		
Exercício de 2004	693	602
Exercício de 2005	78	—

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se registada em outros passivos na rubrica de sector público administrativo, conforme mencionado na nota n.º 15.

32 — Pensões de reforma:

O Grupo constituiu um seguro de complemento de reforma, por período indeterminado, com o objectivo de permitir o pagamento de complementos ao valor de pensão de reforma da segurança social. Este seguro está colocado junto da Zurich que anualmente providencia um estudo actuarial, para assegurar que as contribuições anuais do Grupo são adequadas.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de participantes abrangidos por este seguro de reforma era o seguinte:

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Número de participantes:				
Pessoal no activo	178	180	175	180

De acordo com a política contabilística descrita em 1, alínea o), a responsabilidade assumida pelo Grupo para o pagamento de pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2005, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Responsabilidades por benefícios projectados	(3 100)	(2 767)	(3 092)	(2 767)
Cobertura do seguro de complemento de reforma	2 989	2 767	2 981	2 767
(Défice)/excesso de cobertura	(111)	—	(111)	—
Responsabilidade com serviços futuros	8 683	9 234	8 621	9 234

De acordo com a política contabilística descrita em 1 alínea o), o Grupo e o Banco contabilizaram como custo do exercício o montante de 376 000 euros (2004: 290 000 euros) e 375 000 euros (2004: 290 000 euros), respectivamente, o qual pode ser analisado da seguinte forma:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Custo dos serviços correntes	362	310	361	310
Custo dos juros	116	105	116	105
Rendimento esperado dos activos	(110)	(125)	(110)	(125)
Outros custos	8	—	8	—
	376	290	375	290

No exercício de 2005 o Grupo e o Banco efectuaram contribuições em dinheiro para a companhia seguradora referentes ao prémio de 2005 no montante de 274 000 euros (2004: 275 000 euros) e 273 000 euros (2004: 275 000 euros), respectivamente.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actual das responsabilidades por complementos de reforma são os seguintes:

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Método actuarial	<i>Projected unit credit</i>	<i>Projected unit credit</i>	<i>Projected unit credit</i>	<i>Projected unit credit</i>
Tábua de mortalidade	GRF 80	TV 73/77	GRF 80	TV 73/77
Tábua de <i>turnover</i>	T-1 Crocker Sarason	T-1 Crocker Sarason	T-1 Crocker Sarason	T-1 Crocker Sarason
Taxa técnica (percentagem)	2,5	3,0	2,5	3,0
Taxa de crescimento salarial (percentagem)	2,5	2,5	2,5	2,5
Taxa de desconto (percentagem)	4,2	5,0	4,2	5,0
Taxa de rendimento do fundo (percentagem)	4,3	5,0	4,3	5,0
Taxa de crescimento das pensões (percentagem)	2,5	2,5	2,5	2,5

Os principais valores efectivamente verificados no exercício não diferem dos pressupostos utilizados no ano anterior à excepção da taxa de desconto.

As avaliações actuariais das responsabilidades por complementos de reforma são efectuadas anualmente, sendo as últimas efectuadas com a data de referência de 31 de Dezembro de 2005.

33 — Contas extrapatrimoniais:

Os valores extrapatrimoniais são analisados como segue:

	(Em milhares de euros)			
	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Garantias e avales prestados	82 944	76 292	82 944	76 292
Garantias e avales recebidos	147 819	169 526	147 819	169 526
Compromissos assumidos perante terceiros	76 028	106 679	76 028	106 679
Operações cambiais à vista:				
Compras	1 603	39	1 603	39
Vendas	1 604	39	1 604	39
Operações cambiais a prazo:				
Compras	19 618	2 780	19 618	2 780
Vendas	19 610	2 780	19 610	2 780
Derivativos de taxa de juro:				
Compras	1 796 532	2 799 945	1 796 532	2 799 945
Vendas	1 796 532	2 799 945	1 796 532	2 799 945

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2005	2004	2005	2004
Responsabilidades por prestação de serviços	12 157 511	9 690 275	712 239	89 695
Serviços prestados por terceiros	33	117	33	117
Garantias reais	933 001	1 222 913	933 001	1 222 913
Outras contas extrapatrimoniais	53 321	52 633	53 321	52 633

A Direcção: Homero José de Pinho Coutinho, presidente — Filipe Crisóstomo Silva, vogal — Joaquim Baptista, vogal — Bernardo Meyrelles do Souto, vogal — Gert Spennemann, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank (Portugal), S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 4 889 549 milhares de euros e um total de capital próprio de 98 522 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da direcção a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela direcção, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Deutsche Bank (Portugal), S. A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o Sector Bancário.

Lisboa, 30 de Junho de 2006. — KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Jean-éric Gaign, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

De acordo com o disposto nos artigos 420.º e 421.º do Código das Sociedades Comerciais, e no cumprimento das funções de fiscal único do Deutsche Bank (Portugal), S. A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, tomámos conhecimento dos actos da administração do Banco, averiguámos da observância do cumprimento da lei e dos estatutos, procedemos à verificação dos livros e registos contabilísticos, e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos também à apreciação do relatório de gestão e à verificação da correcção, tanto das contas individuais do Banco, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, as alterações dos capitais próprios e as respectivas notas anexas como ainda das demonstrações financeiras consolidadas. Da administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

1) O relatório de gestão e as contas individuais da Deutsche Bank (Portugal), S. A., relativos a 2005, e os livros de contabilidade, satisfazem as disposições legais e estatutárias;

2) Os actos da administração do nosso conhecimento procuraram salvaguardar o cumprimento da lei e dos estatutos;

3) As contas consolidadas de 2005, também satisfazem as disposições legais aplicáveis;

4) As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, encontram-se devidamente evidenciados nas notas.

Nos termos legais, tomámos conhecimento das certificações legais de contas individuais e consolidadas, com cujos teores concordámos. Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

a) O relatório de gestão e as contas individuais do exercício de 2005, apresentados pela direcção, bem como a correspondente proposta de aplicação de resultados, contida no mencionado relatório de gestão;

b) A gestão do Banco exercida em 2005 pela direcção;

c) As contas consolidadas de 2005, apresentadas pela direcção, bem como a parte correspondente do relatório de gestão.

Nesta oportunidade, manifestamos à direcção o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 30 de Junho de 2006. — O Fiscal Único, KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Jean-éric Gaign, revisor oficial de contas.

Relatório anual sobre a fiscalização efectuada (contas individuais e consolidadas)

1 — O presente relatório é emitido nos termos do n.º 2 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal do Deutsche Bank (Portugal), S. A., incluindo os exames das suas contas tanto individuais como consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sistema Bancário. Os nossos exames foram realizados de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência dos exames efectuados,

emitimos nesta data as respectivas certificações legais de contas, ambas sem reservas.

3 — De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:

Relativamente às contas individuais:

a) Acompanhamento da gestão do Banco, através da leitura das actas da direcção e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;

b) Apreciação das políticas contabilísticas do Banco quanto à sua adequação e consistência;

c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras individuais que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício então findo, bem como o anexo contendo as notas explicativas a estas demonstrações financeiras, com as normas contabilísticas aplicáveis em Portugal, nomeadamente os princípios contabilísticos do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal;

d) Verificação da conformidade das contas com os registos contabilísticos de suporte;

e) Apreciação do sistema de controlo interno existente no Banco, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados;

f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido, entre outros, efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Banco;
Solicitação de confirmações directas e por escrito junto de Bancos dos saldos respectivos;

Revisão das participações financeiras detidas pelo Banco;

Análise dos movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como as respectivas amortizações;

Análise da situação fiscal do Banco e revisão do cálculo do montante estimado com impostos sobre lucros;

Análise dos passivos, provisões e contas de regularização do balanço;

Análise das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

Análise das operações e saldos com empresas do Grupo em que o Banco se insere;

Apreciação da informação divulgada nas notas anexas às contas.

Relativamente às contas consolidadas:

O trabalho efectuado compreendeu, entre outros procedimentos, a conferência dos critérios de consolidação contabilística, relativamente à sua adequação, a verificação da correcção dos mapas de consolidação, relativamente aos valores das sociedades subsidiárias detidas pelo Banco, a verificação da correcção do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidados e a apreciação da informação divulgada no anexo às demonstrações financeiras referente aos valores consolidados incluindo a referente às alterações nos capitais próprios consolidados e, finalmente a análise da demonstração consolidada de fluxos de caixa.

4 — Apreciamos ainda a conformidade do relatório de gestão da direcção com as contas examinadas, tanto individuais como consolidadas, e verificámos que satisfaz os requisitos legais.

5 — Solicitámos a declaração do órgão de gestão prevista nas directrizes técnicas de revisão de contas.

6 — Nesta oportunidade agradecemos toda a colaboração obtida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 30 de Junho de 2006. — KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Jean-éric Gaign*, revisor oficial de contas. 3000215613

PDA — PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO, E. M.

Sede social: Estádio Municipal Mário Duarte, Taboeira, Esgueira, Aveiro.
Capital social: 500 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 505132478.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o n.º 2/010716.

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, e designadamente, à disposição do artigo 11.º, n.º 1, alínea r), dos estatutos, vimos submeter à vossa apreciação o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados relativos ao exercício de 2005.

A empresa municipal de capitais maioritariamente públicos PDA — Parque Desportivo de Aveiro, E. M. — tem um capital subscrito e totalmente realizado de 500 000 euros e a sua sede social sita no novo Estádio Municipal de Aveiro Mário Duarte, na localidade de Taboeira, freguesia de Esgueira, Aveiro, encontrando-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o n.º 2/010716.

I — Evolução da gestão

1 — Da actividade

A actividade da sociedade Parque Desportivo de Aveiro, E. M., durante o ano de 2005 foi essencialmente marcada pela concretização da abertura do capital a um parceiro estratégico privado.

Esta decisão tomada pela Câmara Municipal de Aveiro e ratificada pela assembleia municipal de Aveiro determinou que a sociedade passasse a ser uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, tendo até ao momento como únicos accionistas a Câmara Municipal de Aveiro (51%) e o Grupo Visabeira — SGPS, S. A. (49%), tendo a respectiva escritura sido outorgada em 28 de Junho de 2005.

Tal facto determinou ainda o aumento do capital social da empresa em 250 601 euros (de 249 399 euros para 500 000 euros), bem como um prémio de emissão no montante de 1 306 000 euros.

Em consequência, houve uma alteração substancial na estrutura de capitais próprios da sociedade, que de uma situação negativa de 170 031 euros passou para uma situação positiva de 1 287 144 euros.

Desta forma, foi possível liquidar o empréstimo bancário oportunamente contraído para o desenvolvimento da actividade da empresa, e que no final do ano transacto ascendia a 652 656 euros.

Os valores disponíveis à data do balanço, no montante de 592 560 euros vão permitir fazer face aos custos de funcionamento da empresa em 2006 e, também, financiar parte do investimento previsto realizar.

Se nesta vertente poderemos dizer que o ano de 2005 foi um ano marcante para o futuro da sociedade, tendo em conta o modelo de desenvolvimento escolhido, com base numa parceria publico-privada, já os restantes vectores da actividade não acompanharam a importância deste passo dado.

Assim, numa primeira fase (até à entrada do parceiro privado), e por falta de recursos financeiros, os investimentos feitos ficaram aquém do que se desejava. A segunda fase (após aquele momento) teve um desenvolvimento irregular, por força de duas sucessivas alterações nos órgãos de gestão da sociedade, a primeira decorrente da própria entrada do accionista privado, a segunda como consequência das eleições autárquicas, que nos termos do enquadramento legal em vigor, determinou nova mudança.

De qualquer forma, devemos assinalar o arranque da execução da obra do Arruamento 4 (obra da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro), que como já se referia no relatório de 2004 é uma peça fundamental no acesso ao pólo do golfe, criando assim condições para acelerar a implementação desta parte do projecto, equipamento âncora que vai potenciar todo o desenvolvimento do parque.

Continuou o processo de tramitação do Plano de Pormenor, tendo-se obtido já a maioria dos pareceres positivos das entidades envolvidas na sua apreciação. No entanto, continuam por resolver algumas das exigências impostas em sede da Declaração de Impacto Ambiental, vector determinante para a tramitação do Plano na sua globalidade.

Nota ainda para as dificuldades encontradas no processo de aquisição de terrenos, atendendo à estrutura da propriedade na zona de intervenção do Parque Desportivo de Aveiro, e ao peso que nela também têm alguns grandes investidores.

Por isso mesmo, a parcela de terrenos propriedade da sociedade e do seu accionista maioritário, Câmara Municipal de Aveiro, actualmente atinge cerca de 30% da área de exploração, perspectivando-se, que em 2006 e decorrente dos investimentos a efectuar, alcance cerca de 60%.

2 — Investimentos

No exercício foram efectuados os seguintes investimentos:

Aquisição de terrenos no montante de 239 872 euros;
Equipamento informático no valor de 935 euros.